

## **QUAIS OS POSSÍVEIS IMPACTOS DA COVID-19 NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS A PARTIR DE 1.1.2020?**

**LUANA PAULA DE SOUZA BARROS**

*Faculdade IBMEC-RJ*

**JEFFERSON SIQUEIRA SILVA**

*Universidade do Estado do Rio de Janeiro(UERJ)*

### **Resumo**

Para as empresas que encerraram o exercício em Março de 2020 e para aquelas que prepararam Demonstrações Financeiras intermediárias no primeiro trimestre de 2020, esse foi o primeiro período em que os riscos e incertezas originados do surto do Coronavírus (COVID-19) impactaram diretamente a elaboração das Demonstrações Financeiras, ou seja, afetaram a mensuração, o reconhecimento e divulgação de ativos e passivos, receitas e despesas. Considerando as mudanças rápidas nas perspectivas econômicas e nas condições de negócio operacional, as informações nas Demonstrações Intermediárias de 2020, para muitas empresas, compreenderam mais do que a atualização usual desde as últimas Demonstrações Financeiras anuais. Abordamos neste artigo alguns dos possíveis impactos da COVID-19 que as empresas precisam considerar na preparação das Demonstrações Anuais ou Intermediárias para os exercícios findos em 2020, tanto no aspecto da mensuração de ativos imobilizados e intangíveis, provisões e contingências, benefícios aos empregados e tributação sobre o lucro, quanto no aspecto da divulgação de eventos subsequentes e de possíveis mudanças de julgamentos e premissas da Administração. A relevância delas depende das circunstâncias específicas da empresa, ou seja, a natureza e extensão do impacto da COVID-19 na posição financeira, na performance e nos fluxos de caixa. Dada a magnitude das mudanças econômicas mais recentes, as empresas devem fornecer em suas Demonstrações Intermediárias divulgação suficiente para que os *stakeholders* entendam os eventos e transações significativos que ocorreram desde a data da Demonstração anual. Os preparadores devem se atentar às necessidades informacionais dos usuários externos para balizar a quantidade e qualidade de informação adicional a ser divulgada nesse cenário de incerteza.

**Palavras-chave:** COVID-19, Coronavírus, Demonstrações Financeiras.

## 1. INTRODUÇÃO

Para as empresas que encerraram o exercício em Março de 2020 e para aquelas que prepararam Demonstrações Financeiras Intermediárias no primeiro trimestre de 2020, esse foi o primeiro período em que os riscos e incertezas originados do surto do novo coronavírus (COVID-19) impactaram diretamente a elaboração das Demonstrações Financeiras, ou seja, afetaram a mensuração, o reconhecimento e a divulgação de ativos e passivos, receitas e despesas.

A CPC 21 (Demonstração Intermediária) exige que todos os eventos e transações sejam reconhecidos e mensurados como se o período intermediário fosse um período independente de reporte. Em geral, não há isenções de reconhecimento ou mensuração para as Demonstrações Intermediárias, mas no atual cenário, para muitas empresas foi acrescido o fator de os *stakeholders* esperarem mais informações do que normalmente é divulgado (MELLO, 2020).

De acordo com a KPMG (2020), os eventos e condições gerados pela disseminação da COVID-19 e pelas medidas rigorosas implementadas para conter e/ou retardar a propagação do vírus, resultaram em níveis de incertezas e riscos que as empresas nunca enfrentaram antes e podem resultar em implicações significativas nas Demonstrações Financeiras. Dessa forma, é altamente recomendado discutir os possíveis impactos nas Demonstrações Financeiras com os auditores, investidores e outros agentes econômicos para assegurar o atendimento das normas contábeis e evitar distorções relevantes nas Demonstrações Financeiras emitidas em 2020 (Comissão de Valores Mobiliários [CVM], 2020).

Abordamos abaixo alguns dos possíveis impactos da COVID-19 que as empresas precisam considerar na preparação das Demonstrações Anuais ou Intermediárias para os exercícios findos em 2020. A relevância delas depende das circunstâncias específicas da empresa, ou seja, a natureza e extensão do impacto da COVID-19 na posição financeira, na performance e nos fluxos de caixa.

## 2. AVALIAÇÃO DA CONTINUIDADE OPERACIONAL

Os impactos relacionados à pandemia da COVID-19 podem trazer ou aumentar dúvidas ou incertezas sobre a continuidade operacional das empresas.

Ao avaliar as incertezas associadas ao pressuposto de continuidade operacional de uma empresa, a administração leva em consideração todas as informações disponíveis por um período de, pelo menos, 12 meses a partir da data das Demonstrações Intermediárias.

Se houver uma incerteza relevante sobre a capacidade da empresa de continuar operativa na data em que as Demonstrações Intermediárias são autorizadas para emissão, essa incerteza é divulgada nessas Demonstrações Intermediárias. Esse é o caso, independentemente do que tenha sido divulgado nas Demonstrações Financeiras anuais mais recentes.

## 3. EFEITOS DE MENSURAÇÃO

### 3.1. *Impairment* de ativos não financeiros

As empresas podem ter testado seus ativos não financeiros quanto à redução ao valor recuperável (*impairment*) segundo a CPC 01 ao preparar suas últimas Demonstrações Financeiras anuais. No entanto, dadas as atuais circunstâncias econômicas, pode haver “indicadores” de redução ao valor recuperável no trimestre que acionam a realização do teste

desses ativos novamente, já que os indicadores citados na referida norma podem requerer a realização dos testes na Demonstração Intermediária ou Anual, bem como uma atualização das informações relevantes incluídas nas últimas Demonstrações Financeiras anuais.

Os impactos podem ocorrer, por exemplo, decorrente de mudanças adversas no mercado da empresa ou de cancelamentos de pedidos, e as expectativas anteriores sobre fluxos de caixa futuros precisam ser atualizadas. Adicionalmente, indicadores de perda podem existir, por exemplo, porque o valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado, ou porque a pandemia causou efeitos adversos no ambiente da empresa.

### **3.2. Ativos não circulante (imobilizado e intangível)**

As empresas são obrigadas a revisar o valor residual e a vida útil de um ativo pelo menos ao final de cada exercício social.

Dadas as condições econômicas atuais, as empresas precisam reavaliar essas estimativas durante o trimestre, se a estratégia de uso ou retenção desses ativos foram alteradas. As ações tomadas em resposta à disseminação da COVID-19 resultaram em fatos e circunstâncias significativos, com interrupção em transações comerciais, aumento significativo da incerteza econômica, preços de ativos e taxas de câmbio mais voláteis, além de um declínio acentuado nas taxas de juros de longo prazo nas economias desenvolvidas. Esses eventos e condições criaram um nível de incerteza e risco que não existiam antes, implicando na recuperabilidade dos ativos.

### **3.3. Impairment de ativos financeiros**

Se uma empresa reconhece uma perda por redução ao valor recuperável relevante em ativos financeiros, fornece em suas Demonstrações Intermediárias uma explicação e uma atualização das informações relevantes incluídas nas últimas Demonstrações Financeiras anuais. CPC 40 requer divulgações relevantes a serem consideradas a esse respeito, pois estas perdas estão baseadas em informações que consideram condições atuais e futuras. Os impactos da surto podem exigir um aumento nas perdas de crédito esperadas de ativos financeiros.

### **3.4. Mensuração do valor justo**

O valor contábil dos ativos que são mensurados pelo valor justo, por exemplo, propriedades para investimento, é determinado na data da Demonstrações Intermediária.

Realizar uma avaliação que utiliza dados não observáveis significativos torna-se mais desafiador no ambiente atual e, dada a atual volatilidade do mercado, extrapolações baseadas no saldo da data do relatório anual anterior podem não ser apropriadas.

As empresas podem precisar considerar o uso de avaliadores externos para determinar o valor justo dos ativos para os quais os preços cotados não estão disponíveis. Isso inclui, por exemplo a determinação do valor justo em combinações de negócios, considerando também que a participação de não controladores na adquirida e os ativos líquidos adquiridos devem ser mensurados a valor justo.

### **3.5. Estoques**

Pode haver menos demanda, o que, por sua vez, pode criar pressão nos preços de venda, reduzir o giro do estoque, ou reduzir os preços praticados no mercado, levando a reduções no valor realizável líquido do estoque (RI, 2020).

A CPC 16 exige que a empresa mensure seu estoque pelo menor valor entre custo ou valor realizável líquido, e atualize sua estimativa do valor realizável líquido na data do relatório intermediário. O surto de COVID-19 pode afetar essa estimativa.

### **3.6. Provisões e Contingências**

Estimativas referente aos valores estimados de saídas de recursos podem ser impactadas, passivos contingentes podem se tornar provisões a ser reconhecidas no balanço patrimonial.

### **3.7. Impacto nos benefícios aos empregados e nas obrigações do empregador**

As empresas que preparam Demonstrações Intermediárias devem considerar se os passivos/ativos líquidos de benefícios definidos precisam ser remensurados. De acordo com a CPC 33 as remensurações são reconhecidas no período em que ocorrem. Portanto, se os ajustes na data do relatório intermediário forem considerados materiais, precisam ser registrados.

Uma mensuração atualizada dos ativos e passivos do plano é necessária quando uma alteração, redução ou liquidação do plano é reconhecida. Além disso, flutuações significativas do mercado podem desencadear a necessidade de uma avaliação atuarial atualizada.

### **3.8. Tributos sobre o Lucro**

Dentre os desafios causados pela COVID-19 encontram-se:

- Taxa efetiva de imposto: podem levar as empresas a concluírem que não conseguirão estimar sua taxa anual efetiva de imposto de maneira confiável.
- Isenção de impostos: governos podem introduzir isenções de impostos para certos tipos de renda, deduções fiscais adicionais, uma taxa de imposto reduzida ou um período prolongado para usar os prejuízos fiscais reportados.
- Recuperação de ativos por tributos diferidos: deve ser cuidadosamente verificada, pois as projeções de lucros tributáveis futuros podem ser afetados, comprometendo o reconhecimento desses ativos na Demonstração Intermediária.

## **4. EFEITOS DE DIVULGAÇÃO**

### **4.1. Avaliação de eventos subsequentes**

Uma empresa divulga eventos que ocorreram após a data de reporte da Demonstração Intermediária, mas que não são refletidos nas demonstrações. Determinar os eventos subsequentes que devem ser refletidos (ajustáveis) versus aqueles que são, apenas, divulgados (não ajustáveis) nas Demonstrações Intermediárias pode exigir julgamento.

### **4.2. Classificação de ativos e passivos entre circulante e não circulante**

As empresas devem considerar a classificação de ativos e passivos como circulante ou não circulante na data da Demonstração Intermediária ou Anual, necessitando divulgar qualquer não atendimento de prazos de pagamento de empréstimos ou quebra de contrato de empréstimo que não tenha sido solucionado ao término ou antes do término do período de reporte.

### **4.3. Complementação de divulgações requeridas pela IAS 34/CPC 21**

Nas atuais condições de mercado, as empresas devem garantir que os requisitos mínimos de divulgação do CPC 21 sejam complementados por divulgações adicionais, se relevantes para a compreensão da performance, posição patrimonial e fluxos de caixa, incluindo:

- mudanças em julgamentos e premissas significativas feitas pela administração, bem como áreas de incerteza de estimativa conforme exigido pela CPC 26; e
- divulgações abrangentes do impacto do surto de COVID-19 na posição financeira patrimonial intermediária, no desempenho e nos fluxos de caixa.

### 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dada a magnitude das mudanças econômicas mais recentes, as empresas devem divulgar em suas Demonstrações Intermediárias o suficiente para que os *stakeholders* entendam os eventos e transações significativos que ocorreram desde a data da Demonstração Anual, sabendo-se que esperam informações além do que normalmente é divulgado. Os preparadores devem se atentar às necessidades informacionais dos usuários externos para balizar a quantidade e qualidade de informação adicional a ser divulgada nesse cenário de incerteza.

Condensar ou omitir divulgações na suposição de que os usuários tenham acesso às últimas Demonstrações Financeiras Anuais, podem ser, para certas empresas, pouco relevantes no atual cenário.

### REFERÊNCIAS

- Comissão de Valores Mobiliários (2020). *Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02 de 2020*. Recuperado em 15 de maio, 2020, de: <http://www.cvm.gov.br/legislacao/oficios-circulares/snc-sep/oc-snc-sep-0220.html>.
- CPC 01 - *Redução ao Valor Recuperável de Ativos*. Recuperado em 15 de maio, 2020, de: [http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/27\\_CPC\\_01\\_R1\\_rev%2012.pdf](http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/27_CPC_01_R1_rev%2012.pdf)
- CPC 16 - *Estoques*. Recuperado em 15 de maio, 2020, de: [http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/243\\_CPC\\_16\\_R1\\_rev%2013.pdf](http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/243_CPC_16_R1_rev%2013.pdf)
- CPC 21 - *Demonstração Intermediária*. Recuperado em 15 de maio, 2020, de: [http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/288\\_CPC\\_21\\_R1\\_rev%2014.pdf](http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/288_CPC_21_R1_rev%2014.pdf)
- CPC 24 - *Evento Subsequente*. Recuperado em 15 de maio, 2020, de: [http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/300\\_CPC\\_24%20\\_rev%2012.pdf](http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/300_CPC_24%20_rev%2012.pdf)
- CPC 26 - *Apresentação das Demonstrações Contábeis*. Recuperado em 15 de maio, 2020, de: [http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/312\\_CPC\\_26\\_R1\\_rev%2014.pdf](http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/312_CPC_26_R1_rev%2014.pdf)
- CPC 33 - *Benefícios a Empregados*. Recuperado em 15 de maio, 2020, de: [http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/350\\_CPC\\_33\\_R1\\_rev%2013.pdf](http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/350_CPC_33_R1_rev%2013.pdf)
- CPC 40 - *Instrumentos Financeiros: Evidenciação*. Recuperado em 15 de maio, 2020, de: [http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/567\\_CPC\\_40\\_R1\\_rev%2013.pdf](http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/567_CPC_40_R1_rev%2013.pdf)
- EXAME (2020, março 10). *Empresas devem informar impactos do covid-19 em balanços, diz CVM. Negócios*. Recuperado em 18 de maio, 2020, de: <https://exame.com/negocios/empresas-devem-informar-impactos-do-covid-19-em-balancos-diz-cvm/>
- KPMG (2020). Recuperado em 17 de maio, 2020, de: <https://home.kpmg/br/pt/home/insights/2020/04/impacto-dfs-covid.html>



## XX USP International Conference in Accounting

*"Accounting as a Governance mechanism"*

São Paulo, 29 a 31 de Julho de 2020

- MELLO, R (2020, março 18). Coronavírus impacta em balanços e demonstrações financeiras. *Jornal do Comércio*. Recuperado em 18 de maio, 2020, de: [https://www.jornaldocomercio.com/\\_conteudo/cadernos/jc\\_contabilidade/2020/03/729144-coronavirus-impacta-em-balancos-e-demonstracoes-financeiras.html](https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/cadernos/jc_contabilidade/2020/03/729144-coronavirus-impacta-em-balancos-e-demonstracoes-financeiras.html)
- RI (2020, maio). O Impacto da COVID-19 na Economia, no Meio Ambiente, na Sociedade e na Governança. Como será o pós crise? *Revista RI*, Edição 241. Recuperado em 20 de maio, 2020, de [www.revistari.com.br](http://www.revistari.com.br)